



Cultura

Revista de História e Teoria das Ideias

Vol. 26 | 2009
O Tempo das Revistas

“Uma nova e grande Lusitânia”

“A new and great Lusitânia”

Zília Osório de Castro



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cultura/401>

DOI: 10.4000/cultura.401

ISSN: 2183-2021

Editora

Centro de História da Cultura

Edição impressa

Data de publicação: 1 Junho 2009

Paginação: 71-85

ISSN: 0870-4546

Referência eletrónica

Zília Osório de Castro, « “Uma nova e grande Lusitânia” », *Cultura* [Online], Vol. 26 | 2009, posto online no dia 16 setembro 2013, consultado a 03 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cultura/401> ; DOI : 10.4000/cultura.401

“Uma nova e grande Lusitânia”

Zília Osório de Castro*

Esta expressão transcrita pela pena de Jaime Magalhães Lima¹ não traduz apenas o pensamento de quem a escreveu. As suas raízes, multiformes, iam beber a seiva que as alimentava aos tempos remotos da aventura do encontro com o desconhecido e dos laços que, a partir daí, se foram estreitando e fortalecendo nas terras de aquém e de além-mar. Crescendo a par com as vicissitudes dos tempos e das circunstâncias culturais, fortalecidas com as diferenças aceites ou sofridas, viu-se desde o início marcada pelo hibridismo que de aglutinador passou a consciencializador. Assim se desenvolveu uma identidade complexa que foi acolhendo outros impactes, sem esquecer os que haviam estado na sua origem, desde logo assinalada pelo encontro entre os que tinham chegado do mar e os que tinham nascido na terra. Encontro marcado, aliás, pela sucessiva dinâmica que os tempos da História vieram consolidar com a construção de um “novo” mundo, com tudo o que isso implicaria na globalidade da vivência humana.

Neste modo de pensar, as palavras ultrapassam os limites do seu significado literal. Expressam o sentido de uma realidade que se pretendia perene, sem passado e sem futuro, manifestando-se no presente pela acidentalidade dos seus reflexos. Ao mesmo tempo, dupla e una. Dupla porque constituída por duas nações – Portugal e Brasil. Una porque com uma mesma cultura, uma mesma língua, uma mesma tradição, uma mesma raça. Assim o entendiam tanto João do Rio como João de Barros, os grandes entusiastas, juntamente com Olavo Bilac, do ressurgimento da união luso-brasileira. À sua iniciativa se ficou a dever o acto criador e impulsionador da revista *Atlântida*, enquanto *Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brasil*. Dirigindo-se aos políticos e aos intelectuais, o escritor brasileiro afirmou:

* Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

¹ Jaime Magalhães Lima, “Carta ao Dr. Bettencourt Rodrigues”, *Atlântida. Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brasil*, n.º 22, 15 de Agosto de 1917, p. 847. Esta revista, daqui em diante, será mencionada apenas como *Atlântida*.

O vosso dever é trabalhar para defender connosco a herança comum da língua e para manter esse espírito de nacionalidade que não criastes na decadência da Índia, mas que realizaram os nossos comuns maiores estupendamente na obra viva do Brasil. Cada um de vós deste lado do Atlântico, como cada um do outro lado deve ter como princípio, como convicção, de que Portugal é dos mais gloriosos povos da terra (...) Vós deveis ter essa convicção porque ela é a palpável verdade. E nós outros brasileiros, filhos da mesma raça, falando a mesma língua, continuando a mesma arte, com os mesmos sentimentos de triunfo e resistência, nós somos o grande Portugal do outro lado, com essa convicção.²

Por seu lado, o poeta lusitano não lhe ficou atrás ao falar “na existência de tradições comuns, na fraternidade de sangue, nos costumes idênticos, na uniformidade do idioma.” E ao lembrar que, “na sua quase totalidade, os formadores do Brasil foram os autênticos lusitanos da epopeia marítima, os nobres da mais alta fidalguia de Portugal e os homens honrados que, à procura do pão, encontravam ali um maior e mais opulento campo de acção para o seu espírito de iniciativa e para o seu trabalho honesto e perseverante”³. Daqui a indiscutível identidade entre portugueses e brasileiros, já que, se nestes termos fora “o sangue lusitano que fizera o Brasil”, fora igualmente o mesmo sangue que o consolidara⁴.

Aos emigrantes se ficara a dever a permanência da lusitanidade no Brasil. Ofuscado o mito da “árvore das patacas”, com o abandono das autoridades, nascente a implantação de várias colónias estrangeiras, diluiu-se a vitória final, e o Brasil tornou-se num verdadeiro campo de luta, no qual o triunfo, se bem que compensador, tinha os rostos do esforço e da perseverança. Criaram-se, assim, laços de solidariedade que, com a memória do passado e a esperança no futuro, deram origem no português emigrante e no brasileiro residente a uma consciência comum de que o Brasil e Portugal partilhavam um mesmo destino, no qual o Atlântico tinha um papel fulcral. Esquecer ou ignorar esta realidade seria pôr em causa a identidade de ambas as nações.

Tanto para João do Rio como para João de Barros, esta era uma realidade que não se discutia, por ser incontornável. Era verdade que tinha havido aqui e além correntes de opinião que, por razões diversas, a haviam posto em causa. Sem dúvida que Portugal e os portugueses haviam sido “rudemente maltratados” por “vagos movimentos nati-

² João do Rio, *Adiante!*, Paris /Lisboa, Livraria Aillaud e Bertrand, 1919, pp. 232-234.

³ João de Barros, “Sentido do Atlântico”, *Presença do Brasil*, Lisboa/Rio de Janeiro, 1946, pp. 105-106.

⁴ Cf. *idem, ibidem*, pp. 106-107.

vistas de desconfiança”⁵. Mas, segundo João de Barros, sem beliscar o essencial de uma relação secular. Tratara-se, antes, de simples “arrufos” cuja duração bem contada não teria ultrapassado os seis meses⁶, sem nunca ter criado sérias tensões entre os dois povos.

Um desses “arrufos” havia-se tornado evidente com a proclamação da independência brasileira. A ida de D. João VI, da Família Real e da Corte para o Brasil em finais de 1807 e a chegada em 1808 marcaram de forma indelével os dois territórios, ao tempo, o português europeu e o português americano, assim como as suas gentes⁷. Relembre-se que o Brasil se tornou, então, a sede da Monarquia portuguesa. Depois, ele próprio foi elevado à categoria de Reino, mediante a Carta Régia de 16 de Dezembro de 1815, que criou o Reino Unido de Portugal e do Brasil, sob o poder de um único monarca – D. João VI, então ainda Príncipe Regente – e identificado nos símbolos de uma mesma bandeira⁸. A queda do Antigo Regime e o início da monarquia liberal constitucional reflectiram-se profundamente num todo até então indivisível. Por incapacidade ou inabilidade das Cortes vintistas em ultrapassarem o diferendo entre a unidade ou a união entre os dois reinos, o Brasil declarou a independência em 1822. As consequências deste acto reflectiram-se, de imediato, aquém e além-Atlântico, com aspectos negativos para ambos os países. Só o Rei conseguiu, afinal, deixar uma porta entreaberta para um futuro prestígio monárquico e imperial da Casa de Bragança, que a morte do soberano não deixaria concretizar e que a abdicação de D. Pedro tornaria impraticável⁹.

No entanto, as cláusulas do Tratado de Paz e Aliança assinado pelo Rei de Portugal e pelo Imperador do Brasil a 29 de Agosto de 1825, que consagrou sob o ponto de vista legal a independência brasileira, não se limitou a regular os seus termos relativamente às duas nações e seus respectivos direitos. O art. 3.º, que impedia o Brasil de anexar territórios angolanos, respeitando ali a soberania portuguesa, consagrava Portugal como parte no domínio do Atlântico Sul¹⁰. O plano geopolítico então apenas

⁵ João de Barros, “A Aproximação Luso-Brasileira e a Paz de Versailles”, *Presença do Brasil*, cit., p. 82.

⁶ *Idem, ibidem*.

⁷ Cf. *Idem, ibidem*, pp. 81-82.

⁸ Veja-se, sobre este assunto, Maria de Lourdes Viana Lyra, *A Utopia do Poderoso Império. Portugal e o Brasil. Bastidores da Política*, Rio de Janeiro, Sete Letras, 1994.

⁹ Veja-se, por todos, Zília Osório de Castro, *Portugal e Brasil. Debates Parlamentares. 1821-1826*, Lisboa, Assembleia da República, 2002, nomeadamente a *Introdução*.

¹⁰ Veja-se, a este respeito, *Idem*, “A ‘Varanda da Europa’ e o ‘Cais do lado de lá’”, *Tratados do Atlântico Sul. Portugal-Brasil, 1825-2000*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros. Instituto Diplomático, 2006, pp. 23-48, e respectiva bibliografia.

esboçado adquiriu um outro impacte pela pena de João de Barros. Explicitamente falava na formação de um triângulo que, tendo como vértices Lisboa, Rio de Janeiro e Luanda, reconhecia uma hipotética supremacia nesta área do oceano e ao Brasil as vantagens que daí lhe poderiam advir em termos de relações internacionais, nomeadamente face à Inglaterra e aos Estados Unidos da América. Poder-se-ia dizer que o Atlântico ficava dividido em duas áreas de influência cultural e política: uma anglo-saxónica, ao norte; outra latina, ao sul.

Apesar de os contextos nacionais e internacionais serem diferentes, a continuidade de um projecto comum de domínio do Atlântico Sul unia de novo Portugal e o Brasil, nos inícios do século XX. E mais. Servia-lhe para reforçar a proposta política de aproximação luso-brasileira, tal como o autor citado a apresentava, interpretando um pensamento que não seria apenas seu. “Ambição”, note-se, não só de domínio político dos mares do Sul, mas também de relações comerciais entre Portugal, Brasil e Angola, “naturalmente” unidos pelo mesmo sentido de Atlântico.

Ontem o Brasil, amanhã Angola. E através de crises, desalentos e derrotas, sempre um domínio certo para a coragem portuguesa: – o domínio do mar (...) Levámos connosco para o Brasil essa fé invencível, esse sentido do Atlântico, que ali floresce na mesma coragem aventureira. Um dia, não muito longe, compreender-se-á como ele corresponde a uma realidade histórica segura: – será quando entre Portugal, o Brasil e Angola se estabelecerem as relações comerciais que inevitavelmente, naturalmente, se estabelecerão entre os dois países e a nossa colónia.¹¹

Se a independência do Brasil constituiu um marco indelével nas relações luso-brasileiras, talvez até pelo modo por que se processou e pelas repercussões que se fizeram sentir, despoletou ao longo do século XIX e princípios do século XX reacções contraditórias. Por um lado, as tensões ou “arrufos”, como acima foram mencionados, fragilizaram o relacionamento entre as duas potências iguais, porque igualmente soberanas. Por outro, no entender das duas personalidades que se têm vindo a citar – João do Rio e João de Barros – e que decerto expressavam sentimentos consentâneos de brasileiros e portugueses, existiam naturais laços de amizade entre Portugal e o Brasil, por serem nações “irmãs”¹². Partilhando o mesmo modo de pensar e de sentir, lembravam que o “Brasil surgiu de Portugal no seu momento de ouro”, que os dois povos eram

¹¹ João de Barros, *Sentido do Atlântico*, Lisboa, Livraria Aillaud e Bertrand, 1921, p. 38.

¹² Cf. João do Rio cit. por João de Barros, *A Aproximação Luso-Brasileira e a Paz de Versailles*, cit., pp. 94-95.

“ramos do mesmo tronco”, que se deviam o “mesmo amor igual”¹³. Por isso ao constatarem, com apreensão, o enfraquecimento desses laços, manifestaram o empenho em os reforçar de novo, não sem apontarem os principais responsáveis pela situação. No seu entender, fora obra dos políticos e dos intelectuais.

Entre estes últimos, João do Rio mencionava o grupo dos chamados “vencidos da vida”. O seu assumido decadentismo penetrara na alma portuguesa e na alma brasileira, semeando o desânimo e a apatia¹⁴. “Qual o país capaz de resistir quando a fina-flor da sua mentalidade resolve considerar-se o grupo dos vencidos da vida? – perguntava. – Ninguém anima um homem, dizendo-lhe ‘Você nada adianta’. O diabo foi o seu pai ser independente”¹⁵. E acusava Oliveira Martins, Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz de serem falhos de ideal político e social, pelo que a sua acção fora tão destruidora como um bombardeiro de artilharia pesada, como concluída de forma impressionante¹⁶. Daqui que o “não valer a pena” se tornasse o lema comum, tanto em Portugal como no Brasil. Destruídos deste modo os laços identitários que ligavam as duas nações, destruída também estava a possibilidade de uma política comum. “O sagrado problema da aproximação dos dois povos, a certeza do que adviria em grandeza, riqueza e prestígio para os dois países, a simples ideia dos resultados de uma liga de interesses que fizessem o domínio de uma raça em dois continentes e em todo o mar que os separa, o ideal de tornar pela união de sessenta milhões de criaturas uma língua indestrutível”¹⁷, tudo isto, portugueses e brasileiros haviam menosprezado, uns pela falácia do estrangeirismo, outros pelo credo nativista.

Nesta perspectiva, nos últimos tempos praticara-se uma má política, não só por parte do Governo, mas também pela população¹⁸, influenciada por todos os que, de

¹³ *Idem, ibidem.*

¹⁴ Cf. *idem*, “Aproximação luso-brasileira”, *Adiantel*, cit., pp. 209-210.

¹⁵ *Idem*, pp. 207-208.

¹⁶ Cf. *idem, ibidem*. Contra essa literatura, manifestara-se igualmente Olavo Bilac: “Dissipou-se o pesadelo. Varreu-se de nós a lembrança dessa literatura que morreu sem ter vivido. A nossa literatura aqui no Brasil é nacionalista e será nacionalista” (*Discurso de ... no banquete que lhe foi oferecido em Lisboa no dia 31 de Março de 1916 pela revista “Atlântida”*, Lisboa, Edição de João de Barros, 1940, p. 12).

¹⁷ *Idem, ibidem*, p. 210.

¹⁸ “Ponhamos que as classes mentais e os expoentes máximos da cultura portuguesa tivessem o direito de não dar a menor importância ao Brasil e de desprezar o estado geral das coisas no próprio Portugal. O que não lhes era permitido, porém, era continuar a dirigir este povo sem uma ideia activa para lhes trazer remédio, era praticar o snobismo no governo (...). Governar (...) é sempre a responsabilidade colectiva dos que pensam melhor, sabem mais, têm mais inteligência e por consequência podem mais” (*Idem, ibidem*, p. 212). Em sentido idêntico se exprimia o escritor português, ao apontar o afastamento das “clas-

um modo ou de outro, contribuíam para a formação da opinião pública. Ao ignorar as suas raízes culturais, tinham deixado de partilhar ideais indispensáveis a um futuro comum de progresso e de prosperidade. Na ordem interna, o Brasil quase deixara instalar o domínio germânico nas províncias do Sul, onde os alemães haviam até tentado implantar a supremacia da própria língua. Em Portugal, a apatia e a indiferença, quando não a incapacidade governativa, geravam e acentuavam uma crise que parecia não ter remédio. No plano internacional, um e outro mais pareciam ter esquecido que eram países atlânticos e que o domínio do Atlântico Sul efectivava a sua presença como potência na comunidade das nações¹⁹.

Se a governos decadentistas e dandistas se atribuía o resfriamento das relações entre o Brasil e Portugal, lembre-se que o poder político de ambos os países procurava dinamizar uma nova aproximação. Neste plano, inseriam-se a gorada viagem de D. Carlos ao Brasil, em 1908, e a visita a Portugal, em 1919, do Presidente brasileiro Epitácio Pessoa. Contudo, nenhum dos autores citados as valorizou nas páginas da *Atlântida*. Para ambos, republicanos convictos, teria sido a implantação da República no Brasil, em 1889, e em Portugal, em 1910, a criar um novo espírito, potencial gerador de uma nova política. Atitudes como o reconhecimento pelo Governo brasileiro da República portuguesa ou a nomeação do Dr. Bernardino Machado para a Legação Portuguesa no Rio de Janeiro e a pressão para que a referida Legação fosse elevada a Embaixada²⁰ expressavam-no de forma inequívoca. Aliás, contrariando um pouco o excessivo “partidarismo” da afirmação acima referida, recorde-se, e eles próprios assim o fizeram, que já antes, em 1807, portanto nos finais da monarquia constitucional, Consiglieri Pedroso apresentara à Sociedade de Geografia de Lisboa, com data de 10 de Novembro de 1909, uma “Proposta” para a criação de uma comissão que promovesse a aproximação das duas nações. Aproximação moral, entenda-se, “respeitando-se escrupulosamente a independência de cada uma delas”²¹. Seria potencializada mediante a implementação de várias medidas: realização de congressos periódicos luso-brasileiros, tratado de arbitragem, tratado de comércio, criação de uma linha de navegação, fundação de um entreposto comercial em Lisboa e outro no Rio de

ses dirigentes” do “instinto popular” quanto às vantagens e conveniências da aproximação luso-brasileira (João de Barros, *A Aproximação Luso-Brasileira*, cit., pp. 15-16).

¹⁹ Cf. *Idem, ibidem*, pp. 14-15.

²⁰ Sobre a importância que se dava a este quadro do pensamento que se vem analisando, veja-se João de Barros, “A criação da Embaixada Portuguesa no Brasil”, *Caminhos da Atlântida. Uma Campanha Luso-Brasileira*, Lisboa, Atlântida, 1918, pp. 69-79.

²¹ Consiglieri Pedroso, “Proposta”, *O Acordo Luso-Brasileiro*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1909-1910, p. 20.

Janeiro, além de outras tantas que visavam a aproximação intelectual, tais como a equivalência dos cursos ministrados em cada um dos lados da Atlântico, e a criação de uma revista que fosse "o órgão para servir de intérprete permanente a este movimento de aproximação luso-brasileira", além de outras iniciativas²².

Curiosamente, a guerra – a I Grande Guerra – viria servir de catalisador a ideias e sentimentos, e a palavra "Atlântida" adquiriu novo protagonismo. Face a um germinismo nascente e a um futuro pangermanismo, o mundo latino renasceu, defendendo os seus valores e a sua vitalidade. O afundamento do *Paraná* terá sido para muitos o sinal de alerta. E a privação de muitas coisas, um incentivo. Trabalhar tornou-se a palavra de ordem. Implementaram-se a agricultura e a indústria. Nasceu a coesão nacional. A mocidade formou-se e afirmou-se, o pensamento renovou-se, despontou o desejo colectivo de riqueza²³. Olavo Bilac dizia: "Estamos assistindo nas capitais e nas grandes cidades do país a um formoso e vidente fervor de alto patriotismo."²⁴

Segundo este modo de pensar, se a guerra tinha sido um bem para o Brasil, não o fora menos para Portugal. A guerra integrara-o no mundo, na vida universal com as qualidades que sempre haviam sido as suas: o heroísmo, o amor ao trabalho, a luta pelo ideal de realizar e aproveitar todas as riquezas. Com a guerra, Portugal recuperara a sua identidade de "povo vivo, um povo com o mesmo sangue juvenil de outrora, capaz de ideal, delirante de entusiasmos"²⁵. Esquecera as velhas querelas políticas e nascera para um novo patriotismo – o patriotismo luso-brasileiro. Este discurso de um idealismo e de um nacionalismo extremos ligava Portugal e o Brasil, para além dos laços políticos, efémeros e transitórios, à perenidade de uma mesma raça, cujas raízes assentavam numa mesma cultura, com valores idênticos que se haviam consolidado ao longo dos séculos²⁶. Apresentava-se como um discurso formal e conceptualmente fora do tempo, e ideologicamente fora dos ideais republicanos, tais como têm sido comumente veiculados, e que seriam, conseqüentemente, ideais perdedores, já que não se podia pôr em causa a filiação política de quem os defendia. Espantam o seu conservadorismo, o ideal de raça inúmeras vezes invocado, a lembrança de uma identidade consciencializada no tempo, a simpatia pela tradição. Note-se, porém, que era

²² *Idem, ibidem*, p. 21. Veja-se a globalidade da proposta em *Idem, ibidem*, pp.17-22. Veja-se ainda sobre o mesmo assunto João de Barros, "Civilização Atlântica", *Presença do Brasil*, Lisboa/Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, pp. 134-135.

²³ João do Rio, "Simples explicações", *Adiante!*, cit., pp. 142-148.

²⁴ Olavo Bilac, cit. por *Idem*, "Discursos e acção", *Adiante!*, cit., p. 149.

²⁵ João do Rio, "Aproximação Luso-Brasileira", *Adiante!*, cit., p. 215.

²⁶ Cf. João do Rio, *Idem, ibidem*, pp. 236-237.

um conservadorismo que não se identificava com o tradicionalismo, já que a esperança no futuro a construir perpassava de forma igualmente continuada em ambos os autores, identificando-os ideologicamente pelo repúdio dos excessos e da exclusividade da tradição.

Nestes termos, a aproximação luso-brasileira, para além de uma questão política, era uma questão cultural, porque só esta dava sentido a um modo de ser e de estar em que aquela se inseria. Compreende-se deste modo a crítica de ambos os autores aos políticos e aos intelectuais do tempo. No seu entender, uns e outros haviam esquecido não só a construção do futuro, mas também a certeza de que este se realizava a partir do passado identitário. Significativas são as palavras de João de Barros, evocando a sua experiência pessoal quando, nos inícios da República, procurara despertar o entusiasmo pela aproximação com o Brasil:

Quando, em 1912, voltei do Brasil, e falei na campanha de João do Rio pela aproximação entre os dois países, e aqui tentei continuá-la (...) encontrei em redor do meu entusiasmo, nos chamados intelectuais, nos dirigentes, um cepticismo que me gelava, um cepticismo que, mais tarde, vim encontrar quando se deu a nossa participação na guerra europeia (...) as blagues caíam sobre os pobres ingénuos que defendiam o estreitamento das relações luso-brasileiras, não só em nome das nossas simpatias espirituais, das nossas tradições, do nosso passado, mas também pela conveniência do nosso futuro.²⁷

Procurar no passado o sentido do futuro... Ao passado pertencia o contributo do “sangue lusitano”²⁸ para a emergência do Brasil, ao passado pertencia a vocação marítima, a vocação atlântica dos dois países²⁹, ao passado pertenciam “as mesmas tradições, a mesma língua, a mesma crença”³⁰. Ao futuro cabia o projecto comum de domínio do Atlântico Sul, assim como a aproximação dos dois países que lhe estava associada. Perfilhado por portugueses e brasileiros, sob o comum “sentido do Atlântico”, “substituindo essa lendária Atlântida, que se dizia ligar o velho ao novo mundo, um ‘continente moral’ existirá sobre o oceano que nos liga ao Brasil. Um continente de almas irmãs, de corações gémeos, gémeos de aspirações, de ideal e de patriotismo (...) almas atlânticas (...) almas de fé indomada no destino das duas nações”³¹.

²⁷ João de Barros, “A aproximação luso-brasileira e a paz de Versailles”, *Presença do Brasil*, cit., p. 79.

²⁸ *Idem*, “Sentido do Atlântico”, *Presença do Brasil*, cit., p. 106.

²⁹ *Idem*, *ibidem*, p. 113.

³⁰ *Idem*, *ibidem*.

³¹ *Idem*, “Civilização atlântica”, *Presença do Brasil*, cit., p. 142.

O pendor moral deste projecto, se bem que necessariamente acompanhado de um sentido político, “a política do Atlântico Sul”, nas palavras de Consiglieri Pedroso³², encontrava na promoção da emigração portuguesa um dos vectores. Perante o crescente afluxo germânico de conseqüências funestas para a pretendida identidade, nos dois lados do oceano, importava proteger os portugueses que demandassem terras brasileiras. Eram eles os sedimentadores de uma cultura comum, de um patriotismo comum, de uma nação comum. Entendidos estes como “elementos que ficariam predominando na formação do povo brasileiro”³³, seriam nacionalizadores, identificadores de uma mesma cultura, expoentes de uma nova civilização greco-latina. O Brasil integrava-se, assim, no mundo ocidental, e Portugal expandia para o Brasil séculos de conquista nesse mesmo mundo³⁴. Enfim, se a aproximação luso-brasileira contribuía para a lusitanidade, contribuiria de igual modo para a latinidade, desafiando deste modo o imperialismo germânico não só aquém mas além-Atlântico, e este oceano constituiria uma barreira intransponível ao domínio alemão. O sonho de Tannenberg e do pangermanismo europeu não passaria de uma ilusão.

Em suma, os objectivos da união de Portugal e do Brasil saldavam-se pela afirmação da identidade “genética” das duas nações, pelo domínio do Atlântico Sul em conjugação com Angola e pelo nascimento de uma potência europeia de cariz latino. Daí que o incentivo para se reafirmarem e reforçarem os laços entre as duas nações fosse ganhando forma e desse origem a uma verdadeira campanha que envolveu não só intelectuais, mas também políticos. Neste contexto, que se foi precisando, emergiu a ideia de uma revista que expressasse e divulgasse aquele triplo objectivo, aliás já uma vez enunciado por Consiglieri Pedroso na sua já referida “Proposta”. Assim nasceu a *Atlântida*. Publicada com o patrocínio do ministro das Relações Exteriores do Brasil e do ministro dos Estrangeiros e Fomento de Portugal, contou como colaboradores, durante os 48 números da sua existência, com nomes consagrados nas artes, nas letras, na política de ambos os países. O primeiro número, publicado com a data de 15 de Novembro de 1915, ostentava, como acima se referiu, um subtítulo bem elucidativo que traduzia todo o projecto editorial: *Mensário Artístico, Literário e Social para Portugal e Brazil*. O último, com que se encerrou a publicação, saiu do prelo quando corria o quinto ano do seu lançamento.

³² Consiglieri Pedroso cit. por João de Barros, *Ibidem*, p. 174.

³³ João de Barros, “Sentido do Atlântico”, *Presença do Brasil*, cit., p. 110.

³⁴ Veja-se *Idem*, *A Aproximação Luso-Brasileira e a Paz*, p. 21 ss.

Ao longo deste período sofreu algumas alterações, embora sem nunca se afastar do rumo traçado. Contou, desde o início até aos penúltimos números (n.ºs 46-47), com a direcção de João de Barros e de João do Rio. A estes juntaram-se no duplo 33-34, como director técnico, Pedro Bordalo Pinheiro, que logo se afastou da função, e no n.º 37, como director literário, Graça Aranha, acompanhado de Nuno Simões, como director-gerente, que iriam permanecer até ao último número. De salientar, o “abandono” de um dos mais tenazes impulsionadores da revista desde a primeira hora – João de Barros. O seu nome já não aparece no n.º 48. Razões profissionais teriam estado na base da decisão de se afastar da direcção do órgão que ajudara a criar para defender os “interesses luso-brasileiros” e “as relações intelectuais e artísticas dos povos latinos”³⁵. Imprescindíveis a sua presença e o seu entusiasmo? Eventualmente... O certo é que a *Atlântida* não sobreviveu ao afastamento do seu fundador.

Apontam-se como igualmente significativas certas alterações que formalmente ou não se foram notando na revista e que traduziriam a abertura da lusitanidade à latiniidade, como referido. Assim, no n.º 25, todos os artigos se publicaram acompanhados da sua tradução em francês. No seguinte, desapareceu a menção do alto patrocínio das entidades políticas de um e outro países; no n.º 37, um outro subtítulo acompanhou o sentido da mudança ao nomear a *Atlântida* como *Órgão do pensamento latino em Portugal e no Brasil*, menção que, a partir daí, passou a ser utilizada. Nesse mesmo número, conjugando-se com a nova orientação, Graça Aranha juntou-se aos anteriores directores, como se sabe. Em palavras lapidares dirigidas “Aos nossos leitores”, a revista (talvez pela pena de João de Barros) explicou o significado do novo epíteto:

Com o presente número a *Atlântida* passa a intitular-se, legitimamente, ÓRGÃO DO PENSAMENTO LATINO EM PORTUGAL E NO BRASIL. Com efeito, a aproximação luso-brasileira, para cuja defesa ela se fundou e por cuja realização tem combatido, só encontrará a sua completa efectivação quando baseada no mesmo e ardente amor pela alma latina que vive e palpita nas duas Pátrias irmãs, filhas de uma só raça, aventureira, leal e progressiva.³⁶

E explicou igualmente a recente colaboração de Graça Aranha e o porquê de lhe ter sido confiada uma função específica:

³⁵ “Notas e comentários”, *Atlântida*, n.ºs 46-47, p. 286.

³⁶ “Aos nossos leitores”, *Idem*, n.º 37, p. 3.

Pela amável aquiescência do grande escritor que é o eminente Graça Aranha, tão querido e estimado nos meios intelectuais parisienses, a *Atlântida* confiou-lhe a sua direcção literária em França. Espírito superior, alma idealista, inteligência de entusiasmo sempre vibrante, Graça Aranha traça nas primeiras páginas do nosso número de hoje a síntese do nosso programa, e dos resultados que pretendemos colher. França-Brasil-Portugal, amando-se na mais estreita comunhão de aspirações e de interesses espirituais – eis toda a ambição dos que trabalham na *Atlântida*.³⁷

Por seu lado, as primeiras palavras de Graça Aranha como director mostravam bem a sua adesão ao projecto traçado. Falava de um nacionalismo temperado de individualismo, dos benefícios identitários trazidos pela guerra a Portugal e ao Brasil, da vitalidade que trouxe aos portugueses empenhados de novo no seu papel na História, da consciência de que a mesma raça unia os dois povos, da luta comum contra o domínio alemão, do significado do ideal luso-brasileiro³⁸. Referindo-se explicitamente às raízes culturais da união luso-brasileira e à sua originalidade, afirmou:

Sendo português, o Brasil não deixará de ser uma nação americana. A originalidade do Brasil é de ser o continuador de Portugal, o herdeiro da espiritualidade latina no mundo americano. O privilégio do Brasil é o de fundir duas forças: a que vem do passado no sangue português e a que recebe do ardente meio físico em que se desenvolve esta transplantação da alma latina. Estas duas forças não se excluem e, enquanto a sua fusão se realiza suavemente e que a impulsão americana move sem violência as ideias e a sensibilidade portuguesa, uma vida ardente inflama o imenso país.³⁹

Depois destas palavras fica a certeza de que o alargamento da lusitanidade à latiniidade em nada afectava as raízes fundantes do projecto. E que a internacionalização, coroando a nacionalização, colocava no Atlântico a barreira política antigermanista e em França a barreira cultural. Se bem que nominalmente a *Atlântida* se apresentasse como uma revista de cultura, o nome escolhido descobria uma conotação política. A *Atlântida*, qualquer que fosse o lugar em que sucessivamente foi situada, desde que Platão a oferecera ao imaginário ocidental⁴⁰, mais do que uma simples ilha, encarnava uma potência política. Internamente bem organizada, constituía uma unidade que

³⁷ *Idem, ibidem*, p. 3.

³⁸ Cf. Graça Aranha, “A Nação”, *Atlântida*, n.º 37, pp. 7-12.

³⁹ *Idem, ibidem*, p. 11.

⁴⁰ Veja-se, por todos, Pierre Vidal Naquet, *A Atlântida*, Lisboa, Teorema, 2007.

era afinal a sua força, face a quem desafiasse a sua hegemonia. Se só um cataclismo a fizera soçobrar, não deixou de permanecer imorredoura na memória da humanidade. Ou, como dizia João do Rio: “Para os poetas, expressões das raças, e para as raças, sonhadores colectivos, existiu sempre porém, e existe, e existirá. É o ideal, a hipnose da coragem, é a glória, é o triunfo, é o desejo que cada um tem de realizar-se, realizando (...) A *Atlântida* é o grande abraço mental entre a Europa e a América (...) *Atlântida*, grillão que liga o querer unido das raças novas, em marcha para o futuro, para a felicidade, para a perfeição.”⁴¹

Daqui que a *Atlântida* correspondesse a um objectivo e se confundisse com ele. Representava uma esperança e ao mesmo tempo uma realidade. Esperança de ser possível a aproximação “intelectual e moral” entre portugueses e brasileiros. Realidade de ser o “órgão comum de aspirações e interesses” que respondia às exigências do público de Portugal e do Brasil⁴². Mas a *Atlântida* queria ir mais longe. Queria realizar a esperança e responder às exigências. Pretendia ser a expressão viva da unidade de uma política que correspondesse a um mesmo ideal identitário, com raízes no passado e projecção das identidades singulares no futuro, mediante o contributo para um processo de aproximação que formasse uma real comunidade luso-brasileira. Fora nesse sentido, como se referiu, que Magalhães Lima apelidara de “uma nova e grande Lusitânia” essa comunidade ligada pelo *Mare Nostrum* que seria então para os portugueses e para os brasileiros o Atlântico.

O mesmo espírito conservador já assinalado a respeito de João de Barros e de João do Rio transparece das páginas da revista. Saliente-se que a questão das relações entre os dois países ultrapassava o quase exclusivismo dos aspectos económicos e políticos com que, na opinião dos seus colaboradores, havia sido tratada até então, para se situar no plano do pensamento, do “tradicionalismo culto”. Por isso, precisava de ser equacionada por uma elite cultural que, sem os ignorar, repensasse todo o problema em termos de cultura, até mesmo de “lusitanidade”⁴³. Ou seja, a ideologia característica da *Atlântida* e dos seus directores presidia, na prática, a um duplo plano em que a vertente cultural e a vertente político-económica se interligavam numa unidade geradora de identidade, porque ambas eram filhas de um mesmo espírito.

Significativas eram as referências explícitas à língua, enquanto “prova actual, flagrante de vitalidade da nossa raça”, como afirmava Alberto d’Oliveira, relembando “a

⁴¹ João do Rio, “O Sonho da Atlântida”, *Atlântida*, n.º 1, p. 15.

⁴² “Atlântida”, *Atlântida*, n.º 13, p. 3.

⁴³ Veja-se, entre outros, Alberto d’Oliveira, “Os Portuguezes no Brazil”, *Atlântida*, n.º 3, pp. 195-204.

parte que cabe a Camões na restauração e na conservação da independência portuguesa" e reafirmando o lugar que ela ainda poderia ocupar na realização das "esperanças e ambições" de Portugal e do Brasil⁴⁴. Por seu lado, língua e cultura estavam especialmente presentes nos inúmeros textos em prosa e em verso publicados nos capítulos referentes ao *Ano Artístico e Literário*, na *Revista do Mês*, que habitualmente acompanhavam cada número da revista. A formação cultural de portugueses e brasileiros passava por aqui e aliava-se a questões de educação e de costumes, essenciais para fundamentar e desenvolver uma política económica de interesses comuns, que passava pela implementação do comércio e das carreiras de navegação. Indispensáveis ao progresso interno dos dois países, fortalecia igualmente a presença identitária de ambos na cena internacional.

Chegou o momento de afirmação a Portugal e a todos os da sua raça, tanto os que reivindicam protecção à soberania da mãe pátria como aqueles em quem as razões de estado e de nacionalidade não valem mais do que os vínculos de origem. Os milhões de homens dispersos pelo mundo que falam a língua portuguesa hão-de agora mais do que nunca sentir que precisam uns dos outros, para se não perderem as virtudes que trazem em si, vindas de muitos séculos atrás. À voz que diga além dos mares: "Portugal", é preciso que responda aqui uma voz de saudade.⁴⁵

A mítica Atlântida renascia sob o signo irmanado de Portugal e do Brasil. Um ideal de império? Diríamos que não. Mas a construção de uma potência atlântica que pudesse ser ouvida na cena internacional, decerto. E que contrapusesse a cultura latinizada ao germanismo nascente e ao saxonismo corrente, sem dúvida. No entender dos directores e colaboradores, só com o contributo da imigração o projecto teria sucesso⁴⁶. Por isso, propunha-se que não só se promovesse uma imigração de qualidade, como se evitasse que os emigrantes perdessem a nacionalidade⁴⁷. Neste sentido apelava-se ao apoio, à educação, à divulgação da literatura, à promoção dos estudos brasileiros em Portugal, ao patriotismo, à consciência nacional. De igual modo, a elevação do consulado do Rio de Janeiro a embaixada, a eventualidade de uma confederação luso-brasileira e a hipótese de assinatura de um tratado de navegação foram assuntos

⁴⁴ *Idem, ibidem*, p. 196.

⁴⁵ Nuno Simões, "Portugal-Brasil. Um depoimento", *Atlântida*, n.ºs 35-36, p. 980.

⁴⁶ Cf., por exemplo, Manuel Gaspar de Lemos, "Brasil-Portugal. Um Projecto de Lei", *Atlântida*, n.ºs 42-43, p. 792.

⁴⁷ Cf. Mário Carvalho, "Navegação entre Portugal e o Brasil", *Atlântida*, n.º 1, p. 83.

focados nas páginas da *Atlântida* como imprescindíveis ao desejado estreitamento de relações. Por último, e não seriam de menor importância, enumeravam-se os aspectos económicos. E enumeravam-se em último lugar porque seria o culminar, na prática, da política cultural inicialmente enunciada. A criação do porto franco de Lisboa, a intensificação de relações comerciais, nomeadamente no respeitante ao cacau, questões económico-financeiras, as culturas cerealíferas, etc., etc., eram tópicos enunciados sem cessar.

Estes temas, a que se poderiam juntar outros de significado idêntico, traduzem o modo de pensar de uma elite intelectual, imbuída do que se podia considerar um forte pendor nacionalista, e não apenas da sensibilidade de quem os escrevia. No entanto, não poderá talvez ser avaliada como expressão de ideias e sentimentos coesos que formassem uma corrente de opinião que nos seus princípios fundantes se opusesse com êxito à dos utilitaristas e à dos germanistas. A sua vocação atlântica alargava-lhe os horizontes marcados pela latinidade. Este sentido recusava a exclusividade identitária de uns e os sonhos imperialistas de outros. Fosse como fosse, o projecto da *Atlântida* não foi perfilhado apenas por um grupo de intelectuais isolados, sob o alto patrocínio de entidades políticas das duas nações. Quando a revista estava já nos derradeiros números da sua existência, o senador Manuel Gaspar de Lemos elaborou um projecto de lei de pendor nacionalista, não para demonstrar a já tão ventilada conveniência da aproximação de Portugal e do Brasil⁴⁸, mas, segundo as suas palavras, para se “sair do campo abstracto das simples aspirações e entrar no das realizações concretas”⁴⁹. Temia a perda da identidade cultural do Brasil e, igualmente, a sua identidade política.

Apresentou, por isso, o seu projecto ao Senado, a 19 de Junho de 1919. Apontava ali seis pontos para serem submetidos à apreciação dos senadores. No seu entender, a missão histórica de Portugal não terminara ainda, nem relativamente às suas colónias, nem a respeito do Brasil. E era urgente retomá-la, dadas as condicionantes do tempo. Dizia:

A grande crise universal, desencadeada pela guerra, ameaça como que aluir todas as existências nacionais nos seus mais sólidos fundamentos e os povos sentem a imperiosa necessidade de se afirmarem etnicamente para garantirem o seu futuro.⁵⁰

⁴⁸ Cf. Manuel Gaspar de Lemos, *op. cit.*, *ibidem*, pp. 791-796.

⁴⁹ *Idem*, *ibidem*, p. 791.

⁵⁰ *Idem*, *ibidem*, p. 791.

Entre os referidos seis pontos, importa salientar a emigração, a língua, a administração recíproca nas autarquias locais, a equiparação dos cursos superiores, a navegação comercial e o porto franco. Este plano, com as incidências particulares que iria suscitar, seria entregue a duas comissões, uma em Portugal e outra no Brasil. Em cada país teria o nome de “Comissão de estudo para o estreitamento das relações entre Portugal e o Brasil”. Seria presidida honorificamente pelos respectivos Presidentes da República e, efectivamente, pelos ministros dos Negócios Estrangeiros de cada país. Levado ao Senado, o documento recebeu a aprovação com louvor de cada ponto, com observações elogiosas. Note-se, porém, que era um texto eminentemente político, veiculado por uma instituição política. Poder-se-á perguntar se não facilitaria uma demasiada intervenção na vida interna recíproca de dois países e se, como tal, não teria um cariz “colonialista”. Publicado no que viria a ser o último número da revista, sem ocasião para qualquer referência aos ecos que teria provocado no Brasil, desde já nada se pode adiantar a esse respeito.

A nosso ver, dois únicos pontos poderão levantar a suspeita de que nem tudo terá corrido bem. Um consiste numa declaração de princípios nada usual, na qual chamava a atenção o “negrito” da grafia, e que rezava: “A direcção da ATLÂNTIDA não toma a responsabilidade – porque não tem que tomar... – das doutrinas e opiniões expressas ou defendidas nos artigos assinados pelos seus ilustres colaboradores”. O outro resulta da imediata suspensão da revista, apesar de estar anunciado um próximo número, que seria duplo, e com o qual se iniciaria o quinto ano de existência da publicação. Sofria, assim, um destino igual ao do mito que lhe dera o nome. Deste modo desaparecia o ideal de “uma nova e grande Lusitânia”, uma vez sonhado.